



PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO/ SUBJUNTIVO): ANÁLISE VARIACIONISTA DA FUNÇÃO DE COTEMPORALIDADE A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO NO FALAR POPULAR DE FORTALEZA

IMPERFECT PAST TENSE (INDICATIVE/SUBJUNCTIVE):
 ANALYSIS OF COTEMPORALITY FUNCTION TO A PAST
 REFERENCE POINT IN THE POPULAR SPEECH OF FORTALEZA

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo*, Francion Maciel Rocha**

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo na função de cotemporalidade a um ponto de referência no passado, sob o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e do Funcionalismo (GIVÓN, 2001, 1993). Foram analisados trinta e seis informantes do NORPOFOR (Norma Popular de Fortaleza), distribuídos em células ortogonais por sexo, faixa etária e escolaridade. Localizamos, nos inquéritos, 123 dados, sendo 74 de imperfeito do indicativo e 49 de imperfeito do subjuntivo, os quais foram testados mediante os seguintes grupos de fatores: *tipo de oração subordinada*; *tipo de verbo da oração principal*; *presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal*; *presença/ausência de locução verbal na subordinada*; *sexo*; *faixa etária* e *escolaridade*. Os resultados obtidos indicam que a oração subordinada substantiva e os verbos cognitivos na oração principal motivam o uso do imperfeito do indicativo.

Palavras-chave: tempo; variação; cotemporalidade; ponto de referência.

* Professora do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Campus Betânia, Sobral-CE. Pós-doutoranda em Linguística; Doutora e Mestre em Linguística (UFC); Especialista no Ensino de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (UNINTER). Graduada em Letras Francês/Português (UFC). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Sociolin-CE e Sociolin-LE. Líder do Grupo de pesquisa GREFPLEM. E-mail: alexandra_araujo@uvanet.br/ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2244-5268>

** Professor de Língua Portuguesa do município de Reriutaba-CE. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFC) e Psicomotricidade (UECE). Graduado em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Integrante do Grupo de Pesquisa: Sociolin-CE. Bolsista FUNCAP. E-mail: francion_maciel@hotmail.com/ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5813-6443>

ABSTRACT

The present article has as object of study the variation between the imperfect past tense of the indicative and the imperfect past tense of the subjunctive in the function of cotemporality to a reference point in the past, under the theoretical-methodological apparatus of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008) and Functionalism (GIVÓN, 2001, 1993). Thirty-six informants from NORPOFOR (Norma Popular de Fortaleza) were analyzed, distributed in orthogonal cells by sex, age group and level of education. We found, in the surveys, 123 data, being 74 of imperfect of the indicative and 49 of imperfect of the subjunctive, which have been tested using the following factors group: type of subordinate clause; verb type of the main clause; presence / absence of adverb or adverbial phrase in the main clause; presence / absence of sequence of verbs in the subordinate; sex; age group and education level. The results obtained indicate that substantive subordinate clause and cognitive verbs in the main clause motivate the use of imperfect of the indicative.

Keywords: *tense; variation; cotemporality; reference point.*

INTRODUÇÃO

Abordamos, no falar popular de Fortaleza, a variação dos pretéritos imperfeitos do modo indicativo e subjuntivo em função de cotemporabilidade a um ponto de referência passado, à luz de pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, área que analisa a língua em seu âmbito linguístico e social, ou seja, a língua em uso, correlacionando estrutura linguística, aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, o fenômeno de variação é concebido como uma realidade social, significando a existência de variadas possibilidades ou distintas estratégias, recursos linguísticos ou conjuntos de realizações possíveis para expressar uma determinada função linguística.

O interesse pelo estudo da variação dos pretéritos imperfeitos diz respeito ao uso na linguagem oral e escrita, por exprimirem um acontecimento representado no tempo (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 379), além da relevância de se analisar os valores modais e temporais que aportam. Há diversos estudos variacionistas que analisam o fenômeno da variação subjuntivo/indicativo com dados do português brasileiro, dentre os quais destacamos: Domingos (2004), Meira (2006), Fagundes (2007), Carvalho (2007), Pimpão (2012), cujos resultados têm demonstrado frequência de uso dos modos subjuntivo e indicativo em variação, além de indicar, segundo Silva (2019, p. 119), que “[...] em variantes faladas, já o indicativo supera a presença do subjuntivo, antes exigido”. A identidade linguística do fortalezense em relação ao modo verbal, na fala informal, no entanto, não é um fenômeno sobre o qual tenhamos resultados sistematizados em perspectiva variacionista.

Investimos, portanto, nesse empreendimento, no sentido de traçar o contexto linguístico variável entre os pretéritos imperfeitos do modo subjuntivo e indicativo, além de contribuir para a literatura sociolinguística da comunidade de fala brasileira. O que pretendemos comprovar, como resultado desta pesquisa, é que a variação no uso do pretérito imperfeito do subjuntivo pelo indicativo, ou vice-versa, não é um fenômeno aleatório, mas organizado dentro de um sistema heterogêneo, nunca caótico. Outrossim, mapearemos contextos que fazem com que o subjuntivo esteja a ceder lugar para o indicativo no português brasileiro.

Inicialmente, ao consultarmos 36 (trinta e seis) entrevistas do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), sabíamos, obviamente, que chegaríamos a ter um

número expressivo de pretéritos imperfeitos do indicativo/subjuntivo. Na busca por todos os verbos que fossem do pretérito imperfeito, chegamos a quantificar 7.990 (sete mil novecentos e noventa) ocorrências, distribuídas em 7.531 (sete mil quinhentos e trinta e um) pretéritos imperfeitos do indicativo e 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) pretéritos imperfeitos do subjuntivo. Assim, observamos, logo de início, que o indicativo excede o subjuntivo. Para Silva (2019), na fala, esse uso do indicativo é imperioso sobre o subjuntivo; no português arcaico o subjuntivo sobrepujava o indicativo. Desses usos, interessam-nos somente aqueles variáveis/comutáveis em contexto de cotemporalidade a um ponto de referência passado, conforme exemplos apresentados a seguir em (1) e (2), que estão sendo representados no diagrama na Figura 1 (seção 1):

(1) foi eu comecei a: a:: pensar que minha vida a minha vida **era** outra né hoje não era como aquilo é:: eu tava assim eu tinha um pano um pano escuro no rosto sabe aí tirei aquele pano [inquérito 103]

(2) se ela não **tivesse** ido atrás ainda tava na mesma situação sabe... na mesma situação de sempre... aí ela foi atrás... chegou lá na minha madrinha dizendo... [inquérito 36]

Na próxima seção, apresentamos considerações sobre a categoria em análise neste artigo: o tempo verbal como uma das várias estratégias desenvolvidas para codificar tempo, que é também uma categoria discursiva, segundo Coan, Back e Freitag (2006). Seguem-se os pressupostos teóricos sobre a Sociolinguística laboviana. Logo após, apresentamos a Metodologia, na qual delineamos os fatores de análise e mostramos detalhadamente o *corpus*. Na seção quatro, tratamos da análise, na qual procedemos à discussão dos resultados, seguida das considerações finais e das referências.

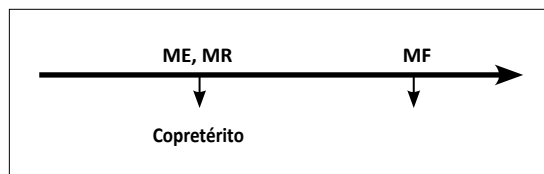
1 A CATEGORIA SOB ANÁLISE: O TEMPO VERBAL SOB A ÉGIDE TAMR (TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA)

A vida é marcada por eventos e estes estão situados em um dado momento no tempo. Na busca pela essência da existência, o homem sempre se preocupou com o tempo, haja vista a efemeridade da vida e a certeza da morte. Um dos filósofos medievais que mais se dedicou a explicar o tempo foi Agostinho de Hipona (354 - 430), na obra *Confissões*, especificamente no livro XI, há indagações a respeito do tempo, mas é o uso cotidiano da linguagem que demonstra sua existência.

A partir desse argumento, deixamos claro que a categoria tempo verbal não está universalmente ligada ao tempo, pois há línguas que não possuem morfologia temporal em seus verbos, marcando o tempo por outros mecanismos, por exemplo, composicionais, na junção entre verbo e advérbio etc. Para Ilari (2018), o estudo do tempo verbal deve dar conta do reconhecimento das expressões que indicam tempo, além de desenvolver estas noções no sentido de descrever as construções gramaticais para elaborar aspectos formais das sentenças que levem em consideração as referências temporais nelas contidas.

Para análise do tempo, faz-se relevante distinguir três momentos, conforme proposta do filósofo Reichenbach (1947): i) Momento de fala (MF); ii) Momento de evento (ME) e iii) Momento de referência (MR). Com base nesses momentos, podemos delinear o seguinte esquema para o pretérito em análise:

Figura 1 – Linha temporal: copretérito¹



Fonte: elaborada pelos autores.

O copretérito é, portanto, um tempo relativo, que está vinculado a outro marcador de tempo envolvido na situação comunicativa, ou seja, no contexto. Segundo Comrie (1990), o tempo absoluto tem como ponto de referência o presente, enquanto o tempo relativo requer compatibilidade com o contexto comunicativo, no qual há o ponto de referência.

O imperfeito indica algo que aconteceu ou tem continuidade no passado, podendo, muitas vezes, essa continuidade se constituir em simultaneidade, habitualidade ou duração no passado, pois nem sempre há informação sobre o limite final do evento, atribuindo-lhe a noção de imperfectividade. Deste modo, convém tratar da noção de aspecto, categoria verbal relacionada à constituição interna das eventualidades, podendo ser apresentadas em andamento ou finalizadas, ou seja, conforme o falante vê os eventos proferidos em uma determinada sentença, assim os manifesta na codificação linguística. Binnick (1991) apresenta o termo Aspecto como de origem russa *vid e vid*, tendo relação com os termos em inglês *view* e *vision*, sendo que sua raiz original é *spect*, o mesmo que *ver/olhar*, do latim *spex*.

Para mostrar a marcação e a não marcação aspectual, precisamos entender que todo fato enunciado tem sua constituição temporal interna que pode ser considerada ou não pelo falante. A distinção desse fato é o que conhecemos como perfectivo e imperfectivo. O primeiro propaga um fato que o falante profere como global, mas sem marcar a temporalidade interna, já o segundo tem sua temporalidade marcada internamente, ou seja, de alguma maneira, o falante expressa uma circunstância resultativa que é saliente à construção temporal interna de um processo antecedente ao proferimento.

O Aspecto perfectivo apresenta uma ação pontual e finalizada; essa categoria é expressa, comumente, por verbos de classe acional télica. Já o Aspecto imperfectivo é expresso por verbos acionais atéticos, isto é, seu desfecho pode ser dispensado. Para Castilho (2019, p. 419), “O perfectivo e o imperfectivo configuram a face qualitativa do aspecto”. A noção de imperfectivo apresenta vários usos classificados de diferentes maneiras, cujo acordo é estabelecido pela modalidade que torna visível a atitude do falante.

As formas imperfectivas de passado exibem diversos usos rotulados de diferentes maneiras, cuja consequência é a modalização, isto é, manifesta a atitude do falante em uma situação de interação, por isso, tratamos da Modalidade como uma categoria discursiva definida como a avaliação que o falante faz sobre seu próprio enunciado, sendo a opinião ou atitude a respeito da proposição que a sentença expressa.

Na codificação da atitude do falante, a modalidade expressa um julgamento epistêmico (conhecimento), cujas noções de probabilidade, certeza etc. são expressas nas formas verbais e no contexto discursivo, assim como o deontico (conduta) refere-se às noções de obrigação, permissão etc. e, podem, também, ser depreendidas pela situação. Segundo Pontes (1973, p. 70), essa oposição “[...] não é muito nítida, nem rígida, porque as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase

¹ Terminologia de Bello (1841) que equivale ao pretérito imperfeito dos modos indicativo e subjuntivo em Português.

exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o indicativo [...]”. Para Givón (2001), a modalidade *realis* é menos marcada e mais acessível, já que os fatos ocorridos ou que estão acontecendo são de conhecimento do emissor, ao passo que hipóteses, fatos possíveis ou futuro não o são. Assim, o *irrealis* está ligado à modalidade por referir-se ao imaginário, a situações ou eventos irrealis.

O uso do indicativo pelo subjuntivo em contextos *irrealis* também é possível no português brasileiro e, por isso, optamos em analisar uma amostra do fenômeno variável em estudo na fala popular fortalezense. Percebemos que o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo pode ser percebido quando se trata de contextos *irrealis*, portanto, noção de incerteza, sendo o mesmo contexto perceptível com formas verbais do indicativo, o que dá a ideia de modalidade traduzida como possibilidade, irrealidade, hipótese as quais podem ser depreendidas pelo contexto, tendo, portanto, natureza pragmático-discursiva e não absorvida pela flexão verbal, de natureza morfológica. Por esse motivo, trataremos, em seguida, de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Já Modo é um mecanismo de codificação da modalidade. Para Dubois (1973, p. 415), ‘Modo’ é uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados.

A codificação das formas verbais pode ser realizada a partir do ponto de referência, isto é, situa o leitor/falante em um determinado ponto que deve estar anterior (passado) ou posterior (futuro). Assim o pretérito imperfeito do subjuntivo pode ter valor de futuro ou passado, para isso, dependerá da referência no tempo, para que ocorra a situação do evento, por exemplo, “Se eu morresse amanhã” (Álvares de Azevedo), o fato de o evento ocorrer posterior (futuro) à indicação da forma verbal “morresse”, se deve ao ponto de referência “amanhã”, caso haja uma substituição por “agora” ou “ontem”, a interpretação seria de presente ou de passado.

O ponto de referência, às vezes, não é perceptível na sentença analisada, podendo estar no contexto linguístico ou mesmo extralinguístico. Para Givón (1993), o tempo de fala é o ponto de referência usual nas línguas, mas, diante do pretérito imperfeito em sentenças subordinadas, o tempo de fala não se aplica a um ponto de referência, estando na oração principal ou no contexto comunicativo. Portanto, nossa análise visa a codificar essa função na oralidade, pois é provável que, sem esta categoria, não seria possível afeiçãoar o fenômeno que abordamos, visto a interpretação dos tempos verbais do imperfeito do indicativo e subjuntivo como passado estar acoplada ao ponto de referência.

As categorias foram usadas para definir a variável dependente, porque podem ser depreendidas com base nos contextos de realização, isto é, a noção de Tempo tanto é indicada pelo momento em que se dá o fato expresso pelo verbo, como é caracterizada, em termos reichenbachianos, em função do relacionamento entre três momentos: o momento da fala, o momento do evento e o momento de referência (CORÔA, 2005, p. 13). O Aspecto, por sua vez, é uma categoria associada à duração interna de uma situação, ou seja, envolve a noção de delimitação do período do tempo em início, meio, fim, associada ao grau de extensão temporal e contexto situacional *versus* o da compactação no tempo, variável importante que caracteriza a semântica dos verbos, de acordo com Givón (1984, p. 274). Quanto à modalidade coloca em perspectiva a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional (se certo, possível, provável, improvável, incerto), segundo Coan e Back (2014, p. 260).

A reunião dessas três categorias, portanto, exibe um domínio funcional complexo: Tempo-Aspecto-Modalidade (TAM), assim como se acopla ao da referência, no sentido de que são domínios funcionais direta ou indiretamente ligados a verbos, cuja complexidade decorre do fato de as categorias serem elementos fortemente dependentes do contexto e que nem sempre suas fronteiras são

claras e precisas, impossibilitando, portanto, a dissociação de um domínio do outro, segundo Freitag (2010, p.144). Portanto, a variável aqui configurada considera um Tempo anterior ao MF, cotemporal a outra situação no passado; PR diferente do momento de fala; Aspecto durativo, atélico; Modalidade *irrealis*, em que a estrutura modal codifica a atitude do falante em relação à proposição. Passemos, pois, aos pressupostos teórico-metodológicos que sustentam nossa pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

O alicerce da vertente Sociolinguística é o tratamento da linguagem na relação entre língua e sociedade. Por esse interesse, muitos estudos estão sendo expandidos em diversos enfoques, a ponto de garantir uma efetiva explicação às pressões sociais que operam sobre a língua. É nessa direção que seguimos, pois nossa análise está pautada no arcabouço teórico da Sociolinguística Variacionista, conhecida, também, como Teoria da Variação e da Mudança Linguística, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (2006). Neste enfoque, ganham relevo as forças internas, que contribuem para uma efetiva difusão das mudanças linguísticas, além das influências externas, pois não pode ser satisfatória uma abordagem que leva/leve em consideração apenas uma dessas influências, assim Labov (2008, p. 20) afirma que

[...] nem todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação.

Adotamos, para esta pesquisa, alguns procedimentos já testados por Domingos (2004), entre outros, por meio da seleção de variáveis linguísticas: *tipo de oração, tipo de verbo na oração principal, presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, presença/ausência de locução verbal na subordinada* e variáveis sociais, tais como *sexo, faixa etária e escolaridade*. Para Mollica e Braga (2019, p. 11), “Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural”.

A linguagem estudada no contexto social é importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, pois a relação entre língua e sociedade é vista como inerente e não como secundária. Como a linguagem é um fenômeno eminentemente social, de tal modo, considera-se imprescindível para essa teoria recorrer às variações decorridas do contexto social para solucionar problemas que surgem da variação natural do sistema linguístico, haja vista que a língua é constituída de variedades linguísticas, também chamadas de dialetos, considerados no âmbito da linguística não apenas como variedades geográficas, mas também, sociais, conforme Görski e Coelho (2009).

A Sociolinguística Variacionista, firmada na década de 1960, pelo linguista William Labov, apresenta uma metodologia detalhada que permite, ao pesquisador da área, estabelecer parâmetros como coleta de dados com o mesmo significado referencial em um mesmo contexto, correlação da variável dependente às independentes etc., que instrumentaliza, por meio computacional, a análise do fenômeno variável que está em estudo, conforme Cezário e Votre (2008). Desse modo, esta teoria permite visualizar a harmonia e sistematicidade do aparente caos da comunicação cotidiana, isto é, corrobora a compreensão de como uma variante se implementa na língua ou é extinta.

Sendo assim, Labov, por volta de 1960 e 1970, ao iniciar a discussão da sociolinguística, investiga os efeitos de diversos fatores sociais presentes no dialeto dos falantes na Ilha de Martha's Vineyard, em Nova York, demonstrando que o inglês padrão e não padrão sofre preconceito

devido às pressões étnicas, escolares e sociais, conforme Mollica e Braga (2019). Nesse sentido, Labov (2008) descreve que “A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas [...]”, isto é, a *comunidade de fala* é o nosso objeto primário de interesse, porque na perspectiva laboviana, segundo Coan e Freitag (2010), não há falantes com um estilo único, pois todos mostram variação fonológica e sintática, mas crianças e pessoas mais velhas demonstram uma média menor de escolhas, pois têm participação social reduzida se comparadas a jovens e pessoas que estão no mercado de trabalho cujas redes sociais são amplas.

Outro preceito da vertente variacionista é apreender a variação como um processo inerente ao sistema linguístico, sendo a heterogeneidade comum a este sistema e, por isso, a variação é ordenada. Para Naro (2008, p. 15), “[...] o pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras”, presente na língua em uso, cujas motivações são linguísticas e não linguísticas. Desta forma, cabe ao pesquisador a definição da variável dependente, o levantamento de hipóteses sobre quais contextos motivam uma ou outra forma verbal, a testagem e análise de grupos de fatores linguísticos e sociais por meio de programas estatísticos.

É assim que um estudo dos fenômenos em variação, em certo nível da língua, permite, ao pesquisador, perceber de modo mais completo o seu funcionamento. Portanto, este trabalho, tomando por base a Sociolinguística Variacionista, tende a colaborar para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis. Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Um estudo variacionista busca entender a língua em uso em uma comunidade de fala, portanto, leva em consideração o contexto sociodiscursivo no qual se encontra o fenômeno linguístico investigado. Considerando-se tal premissa, analisamos dados de entrevistas provenientes do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), banco de dados constituído no período de 2003 a 2006 com o objetivo de levantar dados, de forma estratificada, do falar popular da capital cearense, organizado pela profa. Dra. Aluíza Alves de Araújo, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Segundo Araújo, Viana e Pereira (2018), o referido Projeto utiliza-se do aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, constituindo-se em um banco de dados sociolinguísticos que contempla a norma popular de Fortaleza.

O Projeto Norma Oral Popular de Fortaleza é composto por 198 informantes que estão estratificados de acordo com as variáveis: i) sexo – masculino e feminino; ii) faixa etária – 15 a 25 anos; 26 a 49 anos; 50 anos em diante; iii) grau de escolaridade – 0 a 4 anos; 5 a 8 anos; 9 a 11 anos e iv) tipo de registro – Elocução Formal (EF); Diálogo entre Informante e Documentador (DID); Diálogo entre dois Informantes (D2). Para uma representação dinâmica e própria do falar popular fortalezense, o perfil dos informantes obedecia a três critérios: i) ser nascido na capital ou chegado para residir com idade máxima de dois anos; ii) pais serem genuinamente cearenses com residência fixa na capital do Ceará e iii) não ter ausência da cidade por mais de dois anos sucessivos.

Com base na estratificação das entrevistas do NORPOFOR, selecionamos para nossa amostra 36 informantes do tipo de registro DID distribuídos combinatoriamente, conforme se observa no Quadro 1:

Quadro 1 – Distribuição social dos informantes em nossa amostra

	Idade		15 – 25		26 – 49		50 em diante	
	Sexo		H	M	H	M	H	M
Quantidade de informantes por célula social								
Escolaridade 0 a 4 anos			3	3	3	3	3	3
Escolaridade 9 a 11 anos			3	3	3	3	3	3
Número total de informantes								= 36

Fonte: Adaptado de Araújo, Viana e Pereira (2018).

Utilizamos, então, o referido Projeto como *corpus* para compilação e análise quantitativa dos dados de variação entre os pretéritos imperfeitos no Português popular falado na cidade de Fortaleza, à luz da Sociolinguística Variacionista. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 73), “A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística”. Por questões metodológicas, optamos por não considerar falantes com níveis intermediários de escolaridade disponíveis no NORPOFOR (5-8 anos), haja vista testarmos a atuação dos níveis extremos da escolarização sobre o fenômeno investigado.

Nossa variável dependente configura-se pela correlação entre a função de cotemporalidade a um ponto de referência passado e as formas variantes imperfeito do subjuntivo e imperfeito do indicativo. Com relação às variáveis independentes, as de natureza linguística são: 1) *Tipo de oração*: Oração subordinada substantiva, Oração subordinada adverbial, Oração subordinada adjetiva; 2) *Tipo de verbo na oração principal*: verbos cognitivos, verbos não cognitivos; 3) *Advérbio ou locução adverbial na oração principal*: presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal, ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal; 4) *Locução verbal na subordinada*: presença de locução verbal na oração na subordinada, ausência de locução verbal na oração na subordinada. As variáveis independentes de natureza social são aquelas utilizadas na estratificação do *corpus*: 5) *Sexo*: masculino, feminino; 6) *Faixa etária*: 15 a 25 anos, 26 a 49 anos, 50 anos em diante; 7) *Escolaridade*: 0 a 4 anos, 9 a 11 anos.

Com o auxílio do programa estatístico GoldVarbX (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), os dados foram submetidos a tratamento estatístico. O programa estatístico é somente um recurso para a manipulação dos dados e, como descreve Naro (2008, p. 25), “o progresso da ciência linguística não está nos números em si [...]”, pois estes não falam por si, sendo necessária uma análise significativa para a compreensão do fenômeno da língua. Portanto, os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos definidos previamente permitiram explicações para a ocorrência da variação entre o pretérito imperfeito do modo indicativo e do subjuntivo em amostra representativa do falar popular do fortalezense.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Tomando como base a alternância entre as formas de pretérito imperfeito do indicativo (PII) e pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS), em contextos informais de fala (conforme exemplos 3 e 4 a seguir), nossa amostra compôs-se de 123 ocorrências, das quais 74 (60,2%) foram de pretérito imperfeito do indicativo, ao passo que 49 (39,8%) foram do pretérito imperfeito do subjuntivo. Esse percentual corrobora nossa hipótese inicial de que o imperfeito do indicativo se sobrepõe ao imperfeito do subjuntivo, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1 – Total de ocorrências de PII e de PIS

Variantes	Total de ocorrências	Percentuais
PII	74	60.2%
PIS	49	39.8%
Total	123	100%

Fonte: própria.

(3) porque o pessoal achava que:... que a maioria é... apesar de ela ser:... NOva... não ia dar certo... (NORPOFOR, Inquérito 19).

(4) não as que eu tive foi/foram todas assim sabe? Não tiv/eu nunca peguei uma menina que **morasse** aqui (NORPOFOR, Inquérito 23).

O percentual de diferença entre as duas formas verbais é de 20,4%, o que corrobora os resultados obtidos por Domingos (2004) de que os verbos cognitivos na oração principal foram propulsores para o uso da forma PII nas orações subordinadas, tendo-se mostrado significativamente relevante, caso do exemplo (3), face ao uso do PIS (exemplo 4), forma esta que tende a ser mais complexa do ponto de vista da marcação cognitiva, em termos de demandar maior atenção e esforço mental, segundo Givón (1990).

Dentre os sete grupos de fatores testados (tipo de oração subordinada; tipo de verbo na oração principal; advérbio ou locução adverbial na oração principal; locução verbal na oração subordinada; sexo; idade e escolaridade), o programa estatístico revelou que apenas dois grupos se mostraram significativos para a regra em estudo, nesta ordem de importância, a saber: tipo de oração subordinada e tipo de verbo na oração principal. Desses que se mostraram relevantes significativamente, apenas o grupo *tipo de verbo na oração principal* coincide com os seis grupos linguísticos testados por Domingos (2004), também mostrando a tendência do falante pelo uso do PII em detrimento do PIS.

4.1 TIPO DE ORAÇÃO SUBORDINADA

O grupo variável *tipo de oração subordinada* foi o primeiro dos fatores linguísticos que o programa selecionou como relevante, para a variante inovadora: o imperfeito do indicativo. Para este grupo, as orações subordinadas substantivas seriam um contexto favorecedor do pretérito imperfeito do indicativo, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%	P.R.
Or. Substantivas	41/44	93,2	0,786
Or. adjetivas	13/21	61,9	0,520
Or. adverbiais	20/58	34,5	0,265
<i>Input</i> 0,706			<i>Significance</i> = 0,046

Fonte: própria.

Os dados da Tabela 2 mostram que as orações subordinadas substantivas apresentam percentual maior (93,2%) que as adjetivas (61,9%) e adverbiais (34,5%), o que indica prevalência de uso do PII, considerando o peso relativo (0,786) contra (0,520 – adjetivas) e (0,265 – adverbiais). As orações subordinadas adjetivas favorecem a regra em análise, mas o fazem de modo muito

discreto, já que o peso relativo deste fator se aproxima muito do ponto neutro, 0,50. As orações adverbiais representam, por sua vez, um contexto inibidor do pretérito imperfeito do indicativo, favorecendo o uso do PIS. Apesar das cinquenta e oito ocorrências de orações subordinadas adverbiais, o que ultrapassa as ocorrências das substantivas e adjetivas, o número menor de uso PII (vinte ocorrências) se configurou nesta pesquisa. Na sequência, ilustramos esses contextos variáveis e tecemos algumas considerações teóricas que podem explicar os resultados.

(5) ... foi eu comecei a: a:: pensar que minha vida a minha vida **era** outra né hoje não era como aquilo é:: eu tava assim eu tinha um pano um pano escuro no rosto sabe aí tirei aquele pano (NORPOFOR, Inquérito 103).

(6) ... NÓS só tinha o capricho [] padre H. ... nós [cumpria] e o PEIXE que **vinha** na jangada... PEIXE BOM... era pra ser vendido pro povo do Pirambu... (NORPOFOR, Inquérito 26).

(7) ... seguir o rumo... e o meu pai era considerado... tipo assim se **vinha** uma gangue vamos supor uns trinta numa rua... pra pegar:: as outras áreas... eu tava lá no meio... (NORPOFOR, Inquérito 20).

No exemplo (5), podemos perceber o contexto das completivas²cuja variante do imperfeito do indicativo é favorecida. Assim, a escolha do falante fortalezense pelo uso do indicativo requer o contexto que *é/era* predominante do modo subjuntivo, conforme João Ribeiro (1889). Dos 21 dados das orações subordinadas adjetivas (exemplo 6), apenas 13 (o menor quantitativo), se compararmos às substantivas e às adverbiais, favorecem o uso de PII, o que pode ser influenciado pelo contexto anterior, já que os verbos “tinha” e “cumpria” estão no mesmo tempo verbal, o mesmo vale para o exemplo 7, em que a forma verbal “vinha” da oração principal também favorece o uso do PII na subordinada, apesar de 58 dados (maior quantitativo) das orações subordinadas adverbiais. O uso do PII na subordinada é derivado do latim vulgar e é fortemente influenciado pelo aparecimento dessa forma verbal em contextos anteriores, ou seja, decorrente do uso que o falante/ouvinte faz para expressar o que deseja, obviamente poderia ser utilizada a forma do subjuntivo, no entanto, o esforço cognitivo é maior haja vista ser uma construção mais marcada. Alguns trabalhos apresentam a alternância do indicativo com o subjuntivo, em função dos contextos de uso, em que a força modal é verificada na semântica do verbo matriz e que as formas indicativo/subjuntivo atuam apenas como variantes morfológicas, desprovidas da função precípua de modo, caso de Poplack (2001) e Carvalho (2007), assim como também o tempo e o verbo na oração principal são fatores condicionantes para a escolha da forma e do modo verbal na subordinada.

4.2 TIPO DE VERBO NA ORAÇÃO PRINCIPAL

Quanto a esta variável, hipotetizamos, inicialmente, que os verbos cognitivos favoreciam o uso do pretérito imperfeito do indicativo, o que foi confirmado na análise estatística do Goldvarb X, como revelam os dados da Tabela 3.

Percebemos que, em trinta e duas ocorrências de orações principais que apresentam em seu núcleo verbos cognitivos, trinta e uma exibem pretérito imperfeito do indicativo nas orações subordinadas com um percentual bastante alto: 96,9%, com peso relativo (0,821) sendo favorecido o uso do pretérito imperfeito do indicativo. Ao contrário do que mostram os verbos não cognitivos

² Completivas abrangem as orações subordinadas substantivas, termo clássico nas Gramáticas Tradicionais.

(0,369), cujo percentual é de 47,3% e, embora o número de ocorrências seja maior (noventa e um), se comparado ao número de ocorrências dos verbos cognitivos, a tendência de uso é PII na subordinada quando o verbo da principal for cognitivo. Domingos (2004) destaca o grupo *tipo de verbo na oração principal*, sendo os cognitivos propulsores do uso do PII nas orações subordinadas, como *pensar, achar, imaginar*; enquanto os não cognitivos, como *fazer, gostar, querer*, sejam mais voltados ao desejo, à desideratividade, à vontade, daí porque um dos grupos – *a modalidade* se mostrou significativo na pesquisa da autora. Do mesmo modo, é possível perceber que os verbos cognitivos favorecem a aplicação do pretérito imperfeito do indicativo, o que não acontece para os não cognitivos.

Tabela 3 – Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%	P.R.
Verbos cognitivos	31/32	96,9	0,821
Verbos não cognitivos	43/91	47,3	0,369
<i>Input</i> 0,706			<i>Significance</i> 0,046

Fonte: própria.

Embora as demais variáveis testadas não tenham sido significativas, comentamos, na sequência, alguns resultados percentuais, tendo em vista que a prática de não mencionar resultados estatisticamente não significativos pode não ser benéfica à ciência. Observemos, primeiramente, na Tabela 4, os resultados percentuais referentes aos grupos de fatores linguísticos: *advérbio ou locução verbal na oração principal e locução verbal na subordinada*.

Tabela 4 – Percentuais da presença/ausência de advérbio ou locução adverbial sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%
Ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal	53/84	63,1
Presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal	21/39	53,8

Fonte: própria.

No estudo de Domingos (2004), o grupo *advérbio ou locução adverbial na oração principal* foi estatisticamente significativo, no que a autora demonstra que o falante tende a usar o pretérito imperfeito do indicativo, quando há ausência do advérbio na oração subordinada. Nossos percentuais corroboram os resultados de Domingos, haja vista que o percentual de 63,1% representa a ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, o que condiciona o uso do PII na subordinada contra 53,8% de presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal, o que favorece o uso do PIS na subordinada. Isso significa que os efeitos da presença do advérbio na oração principal condicionam o PIS, talvez por ser um tempo verbal cuja forma é mais marcada cognitivamente e que demanda mais monitoramento da fala, ao passo que a ausência do advérbio na oração principal favorece o uso, na subordinada, da forma verbal menos marcada, menos complexa.

Tabela 5 – Percentuais da presença/ausência de locução verbal na subordinada sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%
Ausência de locução verbal na subordinada	47/89	52,8
Presença de locução verbal na subordinada	27/34	79,4

Fonte: própria.

O programa estatístico revelou, também, que o grupo presença/ausência de locução verbal não foi estatisticamente significativo para a aplicação do pretérito imperfeito do indicativo, porque, em geral, as locuções verbais trazem a noção de futuridade, o que não corresponde ao objetivo de nossa pesquisa ao tratar da cotemporalidade a um ponto de referência passado.

Os grupos de fatores sociais, conforme nos mostrou a análise estatística, foram estatisticamente descartados. Para Labov (2008, p. 151), “O estudo da variação social na língua é simplesmente um dos muitos aspectos do estudo das estruturas linguísticas variantes.” Assim sendo, esperávamos que esses fatores fossem significativos, pois muitos trabalhos variacionistas já demonstraram o quanto o papel feminino, por exemplo, é importante no processo de mudança linguística. Supúnhamos, assim, que quanto maior o grau de escolaridade, maior seria a escolha do falante pelo pretérito imperfeito do subjuntivo. Da mesma forma, o grupo de fator faixa etária não demonstrou jovens com preferência pela forma inovadora ou pessoas de mais idade preferindo a forma mais antiga. É importante observar, no entanto, as porcentagens desses grupos na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Percentuais dos grupos de fatores sociais sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic./Total	%
Sexo		
Feminino	49/69	71,0
Masculino	25/54	46,3
Faixa etária		
15 a 25 anos	24/41	58,5
26 a 49 anos	21/31	67,7
50 anos em diante	29/51	56,9
Escolaridade		
0 a 4 anos	38/58	65,5
9 a 11 anos	36/65	55,4

Fonte: elaborada pelos autores.

Como podemos observar na Tabela 6, as hipóteses que tínhamos sobre esses grupos de fatores foram todas refutadas. É possível que houvesse uma diferença de comportamento desses fatores, caso ampliássemos nossa amostra no sentido de analisar se, de fato, os fatores sociais se mostram insensíveis à regra em estudo ou se o que verificamos aqui ocorreu em função de termos uma amostra pequena da realização do fenômeno.

Apesar de o fator “sexo” não ter sido selecionado pelo programa como estatisticamente relevante, das 69 ocorrências, 49 representam a preferência das mulheres pelo uso do PII em lugar do PIS se sobrepondo ao número dos homens 25 das 54 ocorrências, o que representa 71% contra 46,3%, isto é, mais da metade do valor prevalecendo, cuja tendência aponta serem as mulheres as influenciadoras do mecanismo da mudança linguística, supondo-se que o uso do PII em situações nas quais o previsto era o PIS é a forma inovadora, corroborando Domingos (2004) e Labov (1983).

Em relação ao fator “faixa etária”, houve pouca diferença entre os períodos de idade, cujos falantes selecionam o uso do PII em detrimento do PIS. Embora o número de ocorrências (51) seja maior na faixa etária que compreende 50 anos em diante, o percentual (67,7%) foi maior na faixa etária de 26 a 49 anos, o que indica os adultos fazerem uso da forma inovadora, se compararmos os índices da faixa etária 15 a 25 anos (58,5%) e 50 anos em diante (56,9%), percentuais muito próximos, o que nos remete ao uso do PII como sendo de destaque face ao PIS. No que concerne

ao fator “escolaridade”, a proporção é inversa, pois quanto mais tempo o falante tiver de escolarização (9 a 11 anos), menos ele tende a usar a forma que estamos considerando aqui como inovadora: PII, representado em 55,4%; e quanto menos escolaridade (0 a 4 anos), maior o percentual de uso do PII sobre o PIS (65,5%). Isto quer dizer que, para esta variável social, os falantes com menos tempo de escolaridade usam a forma do PII, cujo esforço cognitivo é menor, esta forma é menos marcada, ao passo que os de maior tempo usam a variante-padrão PIS, mais marcada, cognitivamente mais complexa, talvez em função do monitoramento da fala, dada a importância em certos contextos de exigência social no sentido de desempenho profissional, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno sob análise, neste artigo, foi a variação entre o PII e o PIS a um ponto de referência passado, cujo total de variáveis independentes foram sete, sendo quatro linguísticas e três sociais, a saber: 1) *Tipo de oração*; 2) *Tipo de verbo na oração principal*; 3) *Advérbio ou locução adverbial na oração principal*; 4) *Locução verbal na subordinada*; 5) *Sexo*; 6) *Faixa etária*; e 7) *Escolaridade*. A hipótese geral era a de que o indicativo está tomando o espaço que antes era do subjuntivo, sendo, inclusive, mais recorrente na amostra sob análise.

Os fatores estatisticamente selecionados pelo programa foram dois e de natureza linguística: *o tipo de oração* e *o tipo de verbo na oração principal*. Nestes, os resultados indicaram haver tendência de uso do PII em orações subordinadas substantivas, quando o verbo da oração principal for cognitivo, enquanto os verbos não cognitivos inibem esse uso, apresentando a forma de PIS, a qual exige mais esforço mental por ser mais complexa cognitivamente e, talvez por isso, esteja sendo sobreposta, optando o falante por uma construção, que exige menos esforço mental, mais direta e simples.

Outro ponto importante que foi possível perceber é que nossos resultados foram de encontro aos do estudo de Domingos (2004). Os grupos de fatores sociais não demonstraram expressividade nesta pesquisa para o processo de variação das formas verbais aqui analisadas. Dois fatores de ordem linguística motivam o uso do imperfeito do indicativo no espaço do subjuntivo, construindo um fenômeno variável.

Os fatores linguísticos e extralinguísticos não relevantes, nesta pesquisa, confirmam a necessidade de ser preciso ampliar nossa amostra, além de acrescer ou reformular alguns fatores que possibilitem uma discussão mais contundente do processo de variação do pretérito imperfeito indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo no falar dos fortalezenses.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa não se esgota em si, tampouco o fenômeno que ora tratamos. Acreditamos que os resultados aqui apresentados e os trabalhos futuros possam contribuir para os estudos sociolinguísticos, ampliando a compreensão sobre os processos de variação e mudança no português falado no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. A. de; VIANA, R. B. de M.; PEREIRA, M. L. de S. O banco de dados NORPOFOR. In: ARAÚJO, A. A. de; VIANA, R. B. de M.; PEREIRA, M. L. de S. *Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE*. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 15-65.

BACK, A. C. D. P.; COAN, M. A temporalidade do pretérito imperfeito do subjuntivo em relação a seu ponto de referência: perspectivas teóricas. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 375-391, maio/ago. 2018.

- BACK, A. C. D. P. *A multifuncionalidade da forma verbal -sse no domínio tempo-aspecto-modalidade: uma abordagem sincrônica*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BELLO, A. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana. In: *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, [1841] 1979. p. 415-459.
- BINNICK, R. *Time and verb: a guideto tense and aspect*. New York: Oxford University Press, 1991.
- CARVALHO, H. M. de. *A alternância do Subjuntivo/Indicativo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. 2007. 159 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COAN, M.; BACK, A. C. Di P. Identidades aspecto-temporais do pretérito imperfeito do subjuntivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 2, p. 259-272, jul./dez. 2014.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@gem*, v. 4, n. 2, 2010. 2º Semestre. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- COAN, M.; BACK, A.; REIS, M.; FREITAG, R. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos Linguísticos*, XXXV, p. 1463-1472, 2006.
- COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DOMINGOS, R. de F. de A. *Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973. Título original: Dictionnaire de Linguistique. Librairie Larousse.
- FAGUNDES, E. D. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- FREITAG, R. M. K. O domínio funcional tempo-aspecto-modalidade na expressão do passado imperfectivo no português falado no Brasil. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 139-170, 2010.
- GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Co, 2001. v. I e II.

- GIVÓN, T. Verbal inflections: tense, aspect, modality and negation. *In: English Grammar: a functional-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Co, 1993. v. I e II.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional - typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1990. v. II.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984. v. I.
- GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. *Work. pap. linguíst.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73-91, jan./jun. 2009.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.
- LABOV, W. *Modelos sociolinguísticos*. Madrid: Ediciones Cátedra, S/A, 1983.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PIMPÃO, T. S. *Uso variável do presente no modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no Português Colonial*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- POPLACK, S. Variability, frequency and productivity in the irrealis domain of French. Benjamins: Bybee & Hopper, 2001.
- REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan & Co, 1947.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portuguesa: 3º ano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldvarbX: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- SILVA, R. V. M. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.